

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em "promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do governo", a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter específico de responsabilidade do Estado;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos identificados pela AFPR como demandadores de crédito de fomento, associados a projetos do Estado do Paraná.

AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2010 a economia americana de forma lenta iniciou seu processo de recuperação, devido ao movimento de desalavancagem das famílias, o que proporcionou redução no pagamento de juros, supondo estabilidade no grau de endividamento, com aumento na taxa de poupança e renda. No quesito emprego, há uma tendência para a criação de novas vagas, devido ao índice de produtividade dos trabalhadores americanos ter atingido o seu auge. No período de janeiro a novembro de 2010 o crescimento foi tímido, tendo sido criadas somente 1,2 milhão de novas vagas de emprego no setor privado.

A União Europeia (UE) no exercício de 2010, em especial no segundo semestre apresentou uma leve recuperação, impulsionada pelas economias britânica e alemã. O PIB também apresentou crescimento na Finlândia e na República Tcheca, embora na Grécia, Romênia e Holanda a queda tenha sido significativa. As expectativas para 2011 são otimistas, pois os países membros da UE firmaram um acordo estabelecendo dez prioridades para a recuperação econômica e entre elas se destacam a reincorporação ao trabalho da população desempregada, a reforma da previdência, o controle da dívida pública e o aproveitamento pleno da integração econômica europeia.

A China apresentou crescimento econômico maior que o esperado, atingindo 10,3% em 2010 ante a 9,2% registrado em 2009. Esse resultado leva o país a permanecer como a segunda maior economia do mundo e frente do Japão.

A economia brasileira apresentou forte crescimento, bateu recorde na criação de empregos com 2,52 milhões de novas vagas, o fluxo de investimentos externos diretos segundo a consultoria britânica Economist Intelligence Unit, teve um acréscimo em 2010 de 43% quando comparado aos dados de 2009. Este resultado trouxe consequências como o aumento da inflação, que fechou o período 1,4% acima do centro da meta de 4,5% ao ano, apesar das intervenções na taxa de juros realizadas pelo Banco Central do Brasil e outras medidas que visaram reduzir a entrada de capital no país.

Este crescimento é reflexo das medidas de estímulo tomadas pelo Governo brasileiro juntamente com o Banco Central aliadas ao crescimento mundial em especial nas nações em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia.

O Brasil, nos 3 primeiros trimestres de 2010, registrou crescimento 7,54% do PIB segundo dados do Banco Central do Brasil. A atividade industrial comemora o bom desempenho no mesmo período, com crescimento acumulado de dois dígitos na casa de 12,28%.

O Paraná também apresentou crescimento no índice de produção industrial acumulado no período com uma taxa de 15,6% acumulada até novembro, ficando acima da média nacional de 11,1%, segundo o IBGE. O comércio varejista apresentou variação positiva de 9,8% no volume de vendas no período até novembro, ficando um pouco abaixo do crescimento nacional na casa de 11% registrado no mesmo período. Na agricultura o Paraná retoma a posição de maior produtor nacional de grãos superando em 2,3 pontos percentuais o estado do Mato Grosso e, participando com 21,6% do total da produção nacional.

Neste contexto, a Agência de Fomento do Paraná, como instituição financeira alinhada ao Plano de Desenvolvimento do Estado, vem apoiando projetos de infraestrutura, educação, agricultura para que o Estado do Paraná se desenvolvam de forma sustentável.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

No exercício de 2010 a AFPR registrou Lucro Líquido de R\$ 67.499 mil, o que representa retração de 17,66% em relação ao exercício anterior (R\$ 81.979 mil em 2009), reflexo, principalmente, da redução do benefício fiscal do crédito dos juros do capital próprio – JCP imputados aos dividendos, em observância ao artigo 48 do Estatuto Social, alterado em 07/04/2010, que fixa o dividendo mínimo obrigatório destinado aos acionistas em 35% do lucro líquido, o qual poderá ser pago na forma de JCP. A limitação do pagamento dos dividendos visa à capitalização da Agência, na forma de retenção de lucros pelas reservas.

O Patrimônio Líquido teve um incremento de 19,11% proveniente da capitalização de R\$ 150 milhões pelo acionista majoritário Estado do Paraná, bem como pelo resultado do exercício de 2010 incorporado na forma de reservas de lucros, no montante de R\$ 45.055 mil (R\$ 23.684 mil em 2009).

As receitas da intermediação financeira tiveram um acréscimo no ano de 2010 de 5,13% em comparação ao exercício anterior, as quais são compostas pelas rendas de operações de crédito e pelo resultado das aplicações financeiras, que apresentaram retração de 2,69% e acréscimo de 17,39% respectivamente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)				
	2010	2009	2010	2009
Ativo				
Circulante	680.773	513.548	29.229	66.691
Disponibilidades	17	16	698	569
Títulos e Valores Mobiliários	528.359	381.995	698	569
Carteira Própria (Nota 03b e 4a)	528.359	381.995		
Operações de Crédito	152.000	131.185		
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	153.419	132.225		
Setor Público	144.990	129.857		
Setor Privado	8.429	2.368		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03d, 05c e 05d)	(1.419)	(1.040)		
Outros Créditos	361	301		
Adiantamento Diversos	231	162		
Devedores Diversos - País	130	139		
Outros Valores e Bens	36	51		
Material em Estoque	25	40		
Despesas Antecipadas (Nota 03e)	11	11		
Realizável a Longo Prazo	581.925	587.976		
Títulos e Valores Mobiliários	123.264	124.192		
Carteira Própria (Nota 03b e 4a)	123.264	124.192		
Operações de Crédito	455.372	460.843		
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	458.192	463.750		
Setor Público	449.314	456.203		
Setor Privado	8.878	7.547		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03d, 05c e 05d)	(2.820)	(2.907)		
Outros Créditos	3.289	2.941		
Depósitos em Garantia	3.289	2.941		
Permanente	591	700		
Investimentos (Nota 06a)	2	1		
Outros Investimentos	2	1		
Imobilizado de Uso (Nota 03f e 06b)	500	567		
Outras Imobilizações de Uso	1.310	1.328		
(-) Depreciações Acumuladas	(810)	(761)		
Intangível (Nota 03f e 06c)	5	-		
Ativos Intangíveis	5	-		
(-) Amortizações Acumuladas	-	-		
Diferido (Nota 03f e 06d)	84	132		
Gastos em Imóveis de Terceiros	36	36		
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	221	221		
(-) Amortizações Acumuladas	(173)	(125)		
Total do Ativo	1.263.289	1.102.224		
Passivo				
Circulante			29.229	66.691
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 03h e 07)			698	569
Repasses do País - Instituições Oficiais			698	569
BNDES			13	-
FINAME			685	569
Outras Obrigações			28.531	66.122
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			3	2
IOf a Recolher			3	2
Sociais e Estatutárias			3.277	58.282
Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 09c)			2.943	58.165
Participações no Lucro dos Empregados			334	317
Fiscais e Previdenciárias			20.842	5.725
Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Pagar (Nota 03i)			20.018	5.051
Impostos e Contribuições a Recolher			824	674
Diversas			4.409	1.913
Dotação para Aumento de Capital			1.063	-
Despesas de Pessoal			493	479
Prov. p/Passivos Contingentes (Nota 03h e 08)			1.065	371
Credores Diversos - País			1.788	1.063
Exigível a Longo Prazo			18.524	15.052
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 03h e 07)			489	715
Repasses do País - Instituições Oficiais			489	715
BNDES			223	-
FINAME			266	715
Outras Obrigações			18.035	14.337
Diversas			18.035	14.337
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03h e 08)			14.493	11.122
Credores Diversos - País			3.542	3.215
Patrimônio Líquido (Nota 09)			1.215.536	1.020.481
Capital				
De Domiciliados no País			1.095.551	835.551
Reservas de Capital			6	6
Reservas de Lucros			119.979	184.924
Total do Passivo			1.263.289	1.102.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Agio p/ Subs. Ações	Legal	Estatutária	Acumulados		
A - Saldos em 01 de Janeiro de 2009	776.177	-	4	22.454	138.786	-	937.421	(129)
1. Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(129)
2. Aumento de Capital	-	59.374	-	-	-	-	59.374	-
- Subscrição de Ações no País	-	59.374	-	-	-	-	59.374	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	59.374	-	-	-	-	-	-	-
3. Outros Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Agio na Subscrição de Ações	-	-	2	-	-	-	2	-
4. Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	81.979	81.979	-
5. Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas de Lucros	-	-	-	4.099	19.585	-	(23.684)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	(58.166)	(58.166)	-
B - Saldos em 31 de Dezembro de 2009	835.551	-	6	26.553	158.371	-	1.020.481	-
Mutações do Período (B - A)	59.374	-	2	4.099	19.585	-	83.060	-
A - Saldos em 01 de Janeiro de 2010	835.551	-	6	26.553	158.371	-	1.020.481	-
1 Aumento de Capital (Nota 09b)	-	150.000	-	-	-	-	150.000	-
- Com Subscrição em Dinheiro	-	150.000	-	-	-	-	150.000	-
- Com Incorporação de Reservas	-	110.000	-	-	(110.000)	-	-	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	260.000	-	-	-	-	-	-	-
2 Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	67.499	67.499	-
3 Destinações (Nota 09c)	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas de Lucros	-	-	-	3.375	41.680	-	(45.055)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	(22.444)	(22.444)	-
B - Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.095.551	-	6	29.928	90.051	-	1.215.536	-
Mutações do Período (B - A)	260.000	-	6	3.375	(68.320)	-	195.055	-
A - Saldos em 01 de Julho de 2010	995.551	-	6	28.273	69.616	-	1.093.446	-
1 Aumento de Capital (Nota 09b)	-	100.000	-	-	-	-	100.000	-
- Com Subscrição em Dinheiro	-	100.000	-	-	-	-	100.000	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	100.000	-	-	-	-	-	-	-
2 Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	33.094	33.094	-
3 Destinações (Nota 09c)	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas de Lucros	-	-	-	1.655	20.435	-	(22.090)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	(11.004)	(11.004)	-
B - Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.095.551	-	6	29.928	90.051	-	1.215.536	-
Mutações do Período (B - A)	100.000	-	6	1.655	20.435	-	122.590	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2010		2009
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício	33.094	67.499	81.979
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(129)
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais			
Depreciações e Amortizações	70	144	196
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	516	387	712
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	2.907	4.163	(365)
Baixa de Bens do Imobilizado	6	6	-
Lucro Líquido Ajustado	36.593	72.199	82.393
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(13.063)	80.144	70.260
Operações de Crédito	(36.889)	(15.636)	(24.321)
Baixa para Prejuízo - Provisão p/Operações de Crédito	(40)	(94)	(1.674)
Outros Créditos	(254)	(408)	(530)
Outros Valores e Bens	31	15	(13)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais			
Outras Obrigações	859	985	908
IR e CSLL a Pagar	10.069	14.967	(882)
Impostos e Contribuições a Recolher	189	150	(144)
Caixa Líquido (Absorvido) Proveniente das Atividades Operacionais	(2.505)	152.322	125.997
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aplicações em Investimentos	(1)	(1)	-
Aplicações no Imobilizado	(3)	(41)	(80)
Redução no Imobilizado de Uso	5	5	-
Aplicações no Intangível	(5)	(5)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(4)	(42)	(80)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Integralização de Capital	100.000	150.000	-
Aumento (Redução) Líquido em Obrigações por Empréstimos e Repasses	175	(98)	(697)
Aumento (Redução) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	1.063	1.778
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio	(19.505)	(77.664)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	80.675	73.301	1.081
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.166	225.581	126.998
Modificações na Posição Financeira			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício (Nota 02, 04b)	387.626	240.211	113.213

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Milhares de Reais)

i) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.

Os valores aprovisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerentes a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

- Imposto de Renda	15,00%
- Adicional de Imposto de Renda	(1) 10,00%
- Contribuição Social	9,00%

(1) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00 mensais.

Nota 04 – Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro, a carteira própria de Títulos e Valores Mobiliários está composta da seguinte forma:

a) Composição da Carteira Própria:

Discriminação:

Discriminação	Vencimento	Dez/2010	Dez/2009
Títulos Públicos Federais		136.760	265.992
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A	12/2014	136.760	155.240
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	03/2010 a 06/2010	-	110.752
Cotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	Sem vencimento	-	240.195
Cotas de Fundos de Investimento - Exclusivo (1)		514.863	-
Operações Compromissadas - NTN-F	1 Dia	197.015	-
Títulos Públicos Federais - LFT e LTN	Sem vencimento	268.760	-
Títulos Públicos Federais - LFT e NTN-F	07/2011 a 01/2012	49.088	-
Total		651.623	506.187
Curto Prazo		528.359	381.995
Longo Prazo		123.264	124.192

(1) A partir de abril de 2010, a instituição passou a operar com fundos de investimento exclusivos, migrando todos os valores aplicados para o respectivo fundo.

O montante aplicado em títulos públicos federais soma R\$ 136.760 mil em dezembro de 2010, é composto por 99.900 LFT-A, as quais são resgatadas em parcelas mensais e consecutivas e custodiadas pelo Banco do Brasil. O saldo de LFT's no montante de R\$ 110.752 mil em 31/12/2009 era composto por 27.036 LFT's e foram resgatadas nos vencimentos: 5.700 LFT's em 17/03/2010, no montante de R\$ 23.751 mil e 21.336 LFT's em 07/06/2010, no montante de R\$ 90.593 mil.

As cotas de fundos de investimento exclusivo somam R\$ 514.863 mil em dezembro de 2010, são constituídas por aplicações em operações compromissadas e Títulos do Tesouro Nacional, pré e pós-fixados composto por Letras do Tesouro Nacional - LTN e Letras Financeiras do Tesouro - LFT. Do total aplicado R\$ 465.775 mil possui liquidez diária podendo a Instituição efetuar resgates necessários, sendo que R\$ 49.088 mil possui compromisso de manter até o vencimento. Essas aplicações não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativos à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas.

b) Equivalentes de Caixa:

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto por:

	Dez/2010	Dez/2009
Disponibilidades	17	16
Aplicações em Cotas de Fundo de Investimento	465.775	240.195
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	465.792	240.211

A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

a) Composição por Faixa de Vencimento:

	Dez/2010	Dez/2009
Parcelas Vincendas	611.384	595.869
Até 180 dias	76.404	65.778
De 181 a 360 dias	76.788	66.341
Acima de 360 dias	458.192	463.750
Parcelas Vencidas	227	106
Até 60 dias	98	38
De 61 a 180 dias	33	33
Acima de 180 dias	96	35
Total da Carteira	611.611	595.975

b) Composição por Setor de Atividade Econômica:

Sector Privado	Dez/2010	Dez/2009
Rural	560	795
Indústria	1.235	142
Comércio	2.485	187
Intermediação Financeira	634	1.001
Outros Serviços	3.581	7.176
Pessoas Físicas	8.812	7.074
Sector Público	594.304	586.060
Administração Direta Municipal	594.304	586.060
Total da Carteira	611.611	595.975

c) Composição por Nível de Risco:

Classificação de Risco	Total das Operações	Part.	Provisão		Dez/2010 Valor da Provisão	Dez/2009 Valor da Provisão
			%	%		
AA	19.557	3,20	-	-	-	-
A	453.221	74,10	0,5	2.266	2.224	2.224
B	136.654	22,34	1,0	1.366	1.339	1.339
C	1.272	0,21	3,0	38	47	47
D	291	0,05	10,0	29	13	13
E	62	0,01	30,0	19	3	3
F	58	0,01	50,0	29	14	14
G	12	-	70,0	8	4	4
H	484	0,08	100,0	484	303	303
Total	611.611	100,00		4.239	3.947	3.947

d) Movimentação da Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa:

	Dez/2010	Dez/2009
Saldo no Início do Exercício	3.946	4.909
Provisão Constituída	1.955	2.766
Reversão de Provisão	(1.568)	(2.054)
Efeito no Resultado	387	712
Créditos Baixados para Prejuízo	(94)	(1.674)
Saldo no Fim do Exercício	4.239	3.947

e) Créditos Renegociados e Recuperados:

Discriminação	Dez/2010	Dez/2009
Renegociação	21	142
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	336	275

As operações de crédito baixadas para prejuízo, controladas em contas de compensação, somam R\$ 4.860 mil em dezembro de 2010 (R\$ 5.102 mil em dezembro de 2009).

Nota 06 – Ativo Permanente

a) **Investimentos:**
Em investimentos estão registrados os valores gastos para o registro da marca da AFPR, no montante de R\$ 2 mil.

b) Imobilizado de Uso:

	Dez/2010			Dez/2009		
	(*)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	713	(280)	433	475	
Móveis de Comunicação	10%	16	(12)	4	5	
Processamento de Dados	20%	524	(502)	22	34	
Sistema de Transporte	20%	57	(16)	41	53	
Total		1.310	(810)	500	567	

c) Intangível:

	Dez/2010			Dez/2009		
	(*)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Ativos Intangíveis	20%	5	-	5	-	
Total		5	-	5	-	

d) Diferido:

	Dez/2010			Dez/2009		
	(*)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	36	(18)	18	26	
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciáis	20%	221	(155)	66	106	
Total		257	(173)	84	132	

(*) - Taxa anual de depreciação e amortização.

Nota 07 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com repasses aos mutuários finais, estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais de cada modalidade, conforme segue:

BNDES Automático - operado em parceria com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida de 0,9 % a.a, as amortizações são mensais e o vencimento final em 15/09/16;

BNDES FINAME - Programa Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheiteiras - MODERFROTA, operado em parceria com o Banco CNH Capital S.A., é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida de 1 % a.a, as amortizações são semestrais e se estendem até 15/01/2012;

BNDES FINAME - Programa FINAME PSI Automático, operado diretamente pela AFPR junto ao BNDES, tem a incidência de juros de 1,5% ao ano, as amortizações são mensais e o vencimento final em 15/12/17.

Nota 08 - Provisões para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

A AFPR é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a) Ações Trabalhistas:

A Instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CIPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e pagas de mora do período "laborado", verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da Participação nos Lucros e Resultados - PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. O Ministério Público do Trabalho, aforou Ação Civil Pública contra a Agência de FOMENTO, em decorrência da alteração do prestador de serviço, relativo ao plano de saúde oferecido aos funcionários, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região condenou a empresa ao pagamento de R\$ 100 mil a título de danos morais coletivos. Da referida decisão foi interposto Recurso de Revista para o Superior Tribunal do Trabalho - TST. O valor da provisão atualizada até 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 677 mil.

b) Ações Cíveis:

A Instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDEF que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 e 2003, a qual foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação de que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/2009, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/2010. A AFPR interpôs o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido o próprio despacho saneador nos autos deferido ou não tal requerimento. O valor atualizado da ação soma R\$ 1.152 mil sendo integralmente provisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área jurídica da instituição.

A instituição é parte também em ações aforadas visando a reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual. Durante o exercício de 2010 foram constituídas novas provisões no montante de R\$ 410 mil e revertido o montante de R\$ 201 mil. O saldo atualizado até o balanço é R\$ 545 mil, montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Foi constituída provisão referente ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta Capital. O valor da provisão para esta ação atualizada até 31/12/2010 soma R\$ 450 mil.

c) Ação Fiscal - Municipal:

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Créditos dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ICSS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente. Em janeiro de 2008 a AFPR apresentou recurso contra a decisão o qual será apreciado pela Junta de Recursos Administrativos Tributários. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da dívida ativa - autos 72059/2007 em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública - Falcências e Concorridas de Curitiba, sendo que esta AFPR apresentou exceção de pré-executividade a qual foi julgada procedente. Em 10 de dezembro de 2010, a instituição sofreu nova autuação por parte da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2005 a 2008, tais autos versam sobre o mesmo objeto de autuação dos anos anteriores e totalizou R\$ 5.171 mil. Em razão dos valores relativos aos exercícios de 2007 e 2008 estarem depositados em Juízo na Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paracacidade (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), a provisão constituída desta autuação é de R\$ 2.525 mil. A AFPR já interpor a pertinente impugnação administrativa aos autos de infração lavrados. O montante provisionado para cobrir eventuais perdas em ações fiscais municipais, atualizado até o balanço, soma R\$ 12.734 mil.

d) Movimentação das Provisões Constituídas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo no Início do Exercício	604	1.598	9.291	11.493
Movimentação com Efeito no Resultado	170	550	3.443	4.163
Atualização/Escargos	67	341	918	1.326
Constituição	127	410	2.525	3.062
Baixa por Reversão	(24)	(201)	-	(225)
Baixas por Pagamento	(97)	(1)	-	(98)
Saldo no Final do Exercício	677	2.147	12.734	15.558

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/10 é de R\$ 1.095.551 mil, representado por 1.095.551 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Aumento de Capital:

A Administração da AFPR, através da 41ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 07/04/2010, aprovou o aumento do Capital Social, mediante a capitalização da reserva estatutária no montante de R\$ 110.000 mil, sendo R\$ 109.978 mil pelo acionista majoritário - Estado do Paraná e R\$ 22 mil pelo acionista minoritário - Companhia de Informática do Paraná - CIELEPAR, o qual foi homologado pelo BACEN em 05/05/2010 através do ofício DEORF/GT-CUR-2010/03205.

Aprovou, também, na 42ª e na 45ª Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 07/05/2010 e 16/12/2010, respectivamente, os aumentos de capital de R\$ 50 e R\$ 100 milhões, ambos pelo acionista majoritário o Estado do Paraná em consonância com a Lei nº 13.227, de 18.07.2001 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Decreto nº 4.465, de 19.07.2001 do Governador do Estado do Paraná, com a finalidade de dar continuidade à execução de programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU através de operações de crédito a serem realizadas, exclusivamente com as entidades da administração municipal paranaense. Estes aumentos de capital foram homologados pelo BACEN por meio dos ofícios DEORF/GT-CUR-2010/03599, de 13/05/2010 e DEORF/GT-CUR-2010/10239, de 20/12/2010.

c) Juros sobre o Capital Próprio e Destinação do Lucro Líquido do Exercício:

Em 07/04/2010, na 41ª Assembléia Geral Extraordinária, o artigo 43 do Estatuto Social foi alterado, fixando o dividendo mínimo obrigatório destinado aos acionistas em trinta e cinco por cento (35%) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no artigo 202 e seus parágrafos da Lei 6.404/76, os quais poderão ser pagos na forma de juros sobre o capital próprio.

DIRETORIA EXECUTIVA

Murilo de Oliveira Schmitt

Diretor Presidente

Diretores:

Cristina Angélica B. Stephanes, Danilo Empinotti, Ernesto Emir Kugler Batista, Fernando Augusto Mazon, Leonardo Vinicius T. de Andrade

Contadora

Luciane Tessaro Pensisatto CRC PR-044315/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Heron Arzua, Carlos Augusto C. Albuquerque, Ardisson Naim Akel, Murilo de Oliveira Schmitt, Hélio Bampi, Tercio Alves de Albuquerque, Eliel de Freitas, Wilson Bley Lipski, Sergio Luiz Trentin Marchauk, Virgílio Moreira Filho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S/A, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baseando-se nos documentos examinados e no Parecer do Auditor Externo, emitido sem ressalva, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S/A, são de opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 10 de março de 2011.

Cesar Ribeiro Ferreira

Conselheiro

Marcos Antônio Jagher

Conselheiro

Moacir José Soares

Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Agência de Fomento do Paraná S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agência de FOMENTO do Paraná S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração